

10631 - Fundos rotativos solidários e comunitários: Um estudo de caso da atuação do CEOP no Curimataú e Seridó Paraibano

Revolving funds in solidarity and community: a case study of the performance of CEOP in Northeastern and Seridó Paraibano

BEZERRA JUNIOR, Francisco de Assis¹; SANTOS, Heliomar Jadson Silva²; FERREIRA, Jose Ranieri Santos³; AZEVEDO, Thiago Anderson Oliveira de ⁴.

Instituto de educação ciência e tecnologia da Paraíba – IFPB, Graduando do curso de tecnólogo em agroecologia, Picuí/PB – Brasil, bezerrajunior81@gmail.com; ² Instituto de educação ciência e tecnologia da Paraíba – IFPB, Graduando do curso de tecnólogo em agroecologia, Picuí/PB – Brasil, ranieri.asa@bol.com.br; ³ Instituto de educação ciência e tecnologia da Paraíba – IFPB, Graduando do curso de tecnólogo em agroecologia, Picuí/PB – Brasil, jadson.picui@hotmail.com; ⁴ Instituto de educação ciência e tecnologia da Paraíba – IFPB, Graduando do curso de tecnólogo em agroecologia, Picuí/PB – Brasil, thyagoanderson2009@yahoo.com.br.

Resumo: O objetivo deste trabalho é apresentar a dinâmica de fundos rotativos solidários e comunitários como vertente da política nacional de economia solidária, para tanto se faz uma abordagem a respeito do atual cenário econômico mundial cujo modelo prioriza a acumulação do capital em detrimento das populações marginalizadas do processo de produção hegemônico. Neste cenário as práticas de fundos rotativos solidários (FRS's), entram como possibilidade de organização comunitária e de acesso a bens muitas vezes não prioritários no âmbito das políticas públicas estatais. Trata-se uma modalidade de crédito que pode ser criado dentro da própria comunidade ou a partir de recursos externos advindos de entidades de cooperação nacional ou internacional, visando o desenvolvimento da própria comunidade e seus atores. Muitas experiências vêm sendo fomentadas por instituições da sociedade civil organizada em todo o Brasil, a exemplo do Centro de Educação e Organização Popular – CEOP, que tem atuação, desde o início dos anos noventa, no Curimataú paraibano com grupos de agricultores (as) familiares na perspectiva da mobilização social e da autonomia comunitária.

Palavras chaves: economia solidária, comunidade, capital, organização.

Abstract: *The aim of this paper is to present the dynamics of revolving funds and community solidarity as part of the national policy of economic solidarity, for it is an approach about the current global economic scenario which model prioritizes the accumulation of capital at the expense of marginalized populations process of hegemonic production. In this scenario, the practice of rotating solidarity funds come as a possibility of community organization and access to assets is often not a priority within the state public policies. It is a type of credit that can be created within the community or from external resources coming from national authorities or international cooperation, to develop the community and its actors. Many experiments are being fostered by organised civil society institutions throughout Brazil, education centre and Popular Organization – CEOP, which has, since the early 1990s, in Northeastern Brazil with groups of farmers (as) families in the perspective of social mobilization and community empowerment.*

Keywords: *community solidarity economy, capital, organization.*

Introdução

O cenário econômico atual no mundo impinge um modelo de acumulação do capital baseado na competição de mercado, na hegemonia financeira e na padronização do

consumo. Esse modelo se mostra capaz de acumular riquezas, porem, incapaz de atender aos distintos contextos sócio-culturais e econômicos presentes na sociedade que é diversa por natureza, chegando a uma situação onde a economia mundial cresce 5,8% e o nível de emprego cresce 1,8% (GIRÃO, 2011).

No meio rural onde são insipientes as políticas públicas por parte do Estado destinadas ao fortalecimento da agricultura familiar, comparadas as voltadas ao agronegócio. O PRONAF (programa nacional para o fortalecimento da agricultura familiar), apesar do salto de operações a partir de 2003, obedece a determinações bancárias e normas legais que burocratizam o acesso ao crédito e quando o concedem não há uma assistência técnica satisfatória, fato que leva muitos produtores a se endividarem com o banco e acentuar sua condição de pobreza.

Apesar desse cenário, se fortalece a cada dia uma antiga e invisibilizada lógica de economia que emerge dentro das comunidades empobrecidas pelo sistema evidenciado acima: A ECONOMIA SOLIDÁRIA.

Os fundos rotativos solidários resgatam uma prática organizativa cotidiana natural das comunidades humanas: as relações de ajuda mútua mesmo em cenários aparentemente desorganizados, cujas práticas vão desde o empréstimo de animal reprodutor ou de boi adestrado ao cultivo agrícola; a novena beneficente; a doação de plantas medicinais entre vizinhos; os bingos e sorteios de pequenos animais para custear a passagem de alguém que vai ou vem de outras regiões; até mutirões comunitários para limpar os roçados, fazer farinha, queimar olarias etc. Tais práticas devem ser encaradas como verdadeiros modos de viver e se organizar com sabedoria e particularidade dignas de serem reconhecidas e valorizadas (RAHMER, 2010).

Segundo GIRÃO (2011), as expressões econômicas solidárias se alimentam das passagens bíblicas sobre as primeiras comunidades cristãs, onde as práticas e relações econômicas eram pautadas na ética humana e na diversidade de costumes e culturas; nos teóricos dos séculos passados, com seus pensamentos condenando a propriedade capitalista, a renda, os juros e os lucros, e propondo o mutualismo como organização econômica ideal para a formação de capitais a partir de bancos diferentes e solidários, em que o lucro seria o bem viver coletivo.

No Brasil a economia solidária toma corpo a partir dos anos 80 com a atuação de pastorais religiosas, sindicatos, Ongs e comunidades. Dentre elas podemos destacar o CEOP - (Centro de educação e organização popular), que juntamente com outras organizações da sociedade civil fomenta um mosaico de iniciativas populares capazes de constituírem fundos rotativos solidários moldados a partir de cada realidade. Na Paraíba os primeiros fundos rotativos solidários surgiram em 1993 numa comunidade rural do município de Soledade no Cariri paraibano e estava orientado à construção de cisternas de placas para as famílias daquela localidade, daí em diante os mesmos assumiram um papel crucial como vertente da política nacional de economia solidária, bem como num instrumento de organização comunitário com ênfase na agroecologia e no diálogo com políticas públicas.

Nesse artigo procura-se apresentar as diversas dinâmicas de fundos rotativos solidários, como eles funcionam, para que estão orientados, bem como suas conquistas, desafios

vivenciados por instituições da sociedade civil que atuam na perspectiva da organização e da autonomia comunitária.

Metodologia

Para a construção deste artigo foram utilizados como base de pesquisa os arquivos existentes no Centro de Educação e Organização Popular – CEOP, com endereço no município de Picuí/PB, além de revisões bibliográficas em artigos publicados na internet, cartilhas e vídeos contendo sistematizações sobre experiências comunitárias e estudos de casos em comunidades rurais com experiências em fundos solidários no município de Picuí/PB.

Resultados e discussão

Um fundo solidário começa a partir de um recurso externo não reembolsável para o financiador. Os beneficiários do recurso decidem devolver o recurso recebido para fomentar um fundo administrado por eles (ou uma entidade de apoio) cujos recursos são aplicados para beneficiar outras pessoas da mesma comunidade ou região. Os fundos rotativos solidários na Paraíba nascem e se reproduzem numa parceria estreita com o desenvolvimento da tecnologia de construção das cisternas de placas em formato arredondado, trazida por técnicos e educadores da articulação no Semiárido paraibano (ASA) formada em 1993. O caso das cisternas é o mais generalizado: Com o fortalecimento da rede da articulação no Semiárido (ASA), os fundos rotativos solidários foram multiplicados para todas as microrregiões do nordeste. Eles impulsionaram as mais diversas práticas agroecológicas dentro das comunidades

Nesse cenário o CEOP iniciou suas ações com os FRS's em meados dos anos 90, quando trouxe para o Curimataú paraibano as primeiras cisternas de placas. Na época a entidade mobilizava grupos de agricultores e emprestava o recurso equivalente a uma cisterna e a partir daí o grupo passava a devolver mensalmente o valor de uma cisterna, que já era construída para outra família envolvida, assim outros grupos iam se formando e repetindo a mesma dinâmica. O papel do CEOP inicialmente era de oferecer formação aos grupos e fazer a gestão do recurso, até que a comunidade adquirisse capacidade organizativa de gerir com autonomia seu próprio fundo.

A partir de 2003 o programa de construção de cisternas passou a ser financiado com recursos públicos o que possibilitou ao CEOP fomentar outras demandas produtivas nas comunidades envolvidas com os FRS's, a exemplo do banco sementes na comunidade Baixa Verde, município de Bananeiras; armazenamento de forragem animal e banheiros de anel na comunidade Serra Baixa, município de Picuí; quintais agroecológicos organizados por um grupo de agricultoras da comunidade quilombola serra do Abreu no município de Nova Palmeira, todos localizados no Curimataú e Seridó Paraibano. Essas experiências comprovam a eficiência dos FRS's como política pública voltada para a agroecologia e a capacidade das comunidades de construir modelos de vida que muitas vezes se tornam mais eficientes do que as políticas priorizadas e impostas pelo Estado.

Parcerias no âmbito das políticas públicas

Desde 2006, o diálogo entre as instituições civis que trabalham com fundo solidário, setores do governo e instituições financeiras vem se fortalecendo na busca, tanto por um marco legal para tal modalidade de crédito, como pelo fortalecimento de experiências

exitosas, as quais necessitam serem dinamizadas para servirem de subsídio pedagógico às novas experiências.

Alguns grupos assessorados pelo CEOP conseguiram recursos para fortalecer o FRS e ampliar o número de beneficiários através de um financiamento concedido pelo Banco do Nordeste em 2006. Nessa linha de financiamento o banco não exige o pagamento do recurso, mas, um acompanhamento por parte da entidade de assessoria, no sentido de que seja assegurada a devolução do recurso conforme acordo deliberado pela comunidade. Um dos grupos que acessaram o financiamento foi a comunidade Massapê, no município de Picuí – PB, onde as quinze famílias envolvidas se organizaram em torno da construção de quintais agroecológicos através de cem quilos de arame para cada uma, possibilitando a confecção, pelas próprias famílias, de cinquenta metros de tela.

A forma de devolução adotada pelo grupo foi de cada família devolver vinte por cento da produção mensal dos quintais, que vem da produção de ovos e galinhas, para tanto existe uma comissão dentro da comunidade com a tarefa voluntária de acompanhar as experiências e arrecadar os recursos. A cada mês o CEOP reúne os grupos para contribuir com a discussão e, principalmente orientar sobre o uso dos recursos que devem ser destinados produção agroecológica.

Desafios

Segundo Duque & Oliveira (2007), as práticas politqueiras históricas impostas em comunidades do Nordeste contribuem para a formação de 'mini coronéis'. Eles são, em muitos casos presidentes da associação comunitária, e, portanto se acham (respaldados pelos agentes políticos eletivos) donos das decisões a serem tomadas na comunidade, de forma que em certos fundos solidários comunitários a utilização dos recursos fica concentrada nas mãos do presidente da associação, sem cumprir com o verdadeiro objetivo, que é de fortalecer ações coletivas de gestão e bens.

Os órgãos de controladoria da união (CGU e TCU) vetam a devolução de recursos públicos investidos na comunidade, por isso o cenário atual exige uma maior articulação entre as entidades que trabalham com FRS para avançarem na luta por um marco legal para essa nova relação entre o estado e asociedade

Conclusão

Com o presente trabalho conclui-se que o CEOP vem conquistando resultados institucionais através dos fundos rotativos solidários como instrumento de melhoria de vida das famílias envolvidas no processo, mostrando ser uma alternativa econômica e produtiva para as comunidades. O estado com as políticas voltadas ao desenvolvimento social precisa dar conta destas diversas iniciativas populares que são exemplos de gestão e resgate de valores culturais, entretanto as praticas de fundos rotativos solidários carecem de melhor acompanhamento e formação por parte de entidades de acessoria, tendo em vista um melhor funcionamento dos mesmos, garantindo uma participação coletiva nas decisões sobre a utilização dos recursos.

Referências citadas

DUQUE & OLIVEIRA (2007). A experiência da ASA-PB com os fundos rotativos solidários.

GIRÃO, E.S (2011). Fundos solidários-instrumentos para o desenvolvimento territorial solidário.cartilha.

RAHMER, B.S (2010). O que é um fundo solidário. caderno 1.fundação grupo esquel-Brasil.

SANTIAGO, E.G. Fundos solidários-Instrumentos para o desenvolvimento territorial solidário, 2011;